

de Castro Prado, Arminio Vasconcellos Leite, Cid Franco, Lavinio Lucchesi, Augusto do Amaral, Nagib Chaib, Carlos René Egg, Benedito Matarazzo, Onofre Gouven Nunes Ferreira, Cyro Albuquerque, Anacleto Barbosa, Wilson Lapa, Costabile Romano, Jamil Dualibi, Lauro Abranches Moreira, Antonio Sampaio.

REQUERIMENTO N. 427, DE 1961

A Mesa requerio que o Governo do Estado informe:

- Qual o motivo porque não se instalou ainda o Posto de Saúde de Santa Albertina, município de Fernandópolis?
- Sabe o Governo que Santa Albertina cresce mercê de sua Feccuária sua Agricultura e seu Comércio e que esse Posto de Saúde é uma necessidade imprescindível e urgente?
- Quando pretence o Secretário da Saúde instalar esse Posto de Saúde?

Justificativa

O Secretário Fauze Carlos tuca prevê, tudo planeja e tudo realiza. Mas é necessário que Sua Excelência consiga as verbas e recursos necessários para instalação do Posto de Saúde de Santa Albertina.

Sei que o plano é para atender a vários municípios, mas o grande Secretário pode apressar este caso que não admite maiores delongas.

Sala das Sessões, 30 de maio de 1961.

a) Dante Perri

REQUERIMENTO N.º 428, DE 1961

Sr. Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 17º inciso I do Regimento Interno que esta Casa manifeste seu regosijo pela acertada nomeação do Sr. Arnaldo de Castro Nogueira para as funções de Diretor da Rádio Nacional, no Estado da Guanabara. Solicitamos, outrossim, que dessa manifestação seja dado conhecimento ao ilustre homem público.

Justificativa

Por ato do Sr. Presidente da República, vem de ser designado para as elevadas funções de Diretor da Rádio Nacional, no Estado da Guanabara, e prestante cidadão Arnaldo de Castro Nogueira.

Natural de Franca, neste Estado, o nomeado fez carreira na cidade do Rio de Janeiro, onde grangeou — mercê de um proceder retilíneo e de atitudes desassombradas — o respeito e a estima de seus concidadãos. Jornalista profissional, já foi comentarista e tradutor na British Broadcasting Corporation a famosa BBC de Londres; presentemente, dirige e produz o programa "Palavra Francamente" um dos mais conceituados empreendimentos da televisão no Brasil.

Eleito com cerca de 20.000 votos, integrou a bancada udenista à Câmara de Vereadores do antigo Distrito Federal, tendo renunciado ao mandato por não concordar com a qualidade do poder legislativo no Estado da Guanabara. Este gesto de desprezamento diz com da inflexão moral do atual lo supiente da bancada da União Democrática Nacional à Assembléia Legislativa carioca, honesto em suas atitudes e capaz até de renunciar ao mandato para permanecer fiel à sua consciência e aos seus princípios.

Sala das Sessões, 30 de maio de 1961.

a) Camillo Ashcar

REQUERIMENTO N.º 429, DE 1961

Requeremos ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos nossos trabalhos um Voto de Congratulações com o Professor Salim Simão, pelo brilhante concurso a que se submeteu, para a disputa da 12ª Cadeira (Horticultura) da tradicional Escola Superior de Agricultura "Luz de Queiroz", no qual logrou conquistar a cátedra. Requeremos outrossim que desta deliberação se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1961

a) Costabile Romano

Justificativa

O Professor Salim Simão, nascido na cidade de Piratininga neste Estado aos 25 de setembro de 1920, cursou, com brilhantismo, a Escola Superior de Agricultura Luz de Queiroz, onde se formou em 1945. Logo em seguida foi convidado para assistente na Cadeira de Horticultura. Em 1953, apresentou tese de doutoramento; em 1955, conquistou, por concurso, a livre docência, e, agora em concurso que teve seu termo aos 20 do corrente mês de maio em que concorreu com dois outros ilustres candidatos, sagrou-se catedrático tendo sido indicado pela douta Congregação para provimento efetivo da cadeira de Horticultura, em regime de tempo integral.

O Professor Salim Simão é um dos mais estimados membros do corpo docente da Escola Superior de Agricultura "Luz de Queiroz" graças ao seu caráter reto e inflexível, à modestia e constância nos estudos. Seus trabalhos são do mais alto valor científico e seus estudos sobre Mangueira, que foram objeto de sua tese de concurso, são dos mais completos sobre o assunto existentes na bibliografia mundial.

E, portanto, o Professor Salim Simão, pelo seu elevado padrão de trabalho e cultura, no nosso meio universitário, merecedor de nossa homenagem.

REQUERIMENTO 430, DE 1961

Requerio, nos termos regimentais, se digne o Poder Executivo, através da Secretaria da Saúde Pública, informar o seguinte:

- é exato que os funcionários "P.O." do Sanatório Santo Angelo, de Mogi das Cruzes, são beneficiários do abono de 30% de acordo com as determinações governamentais?
- em caso afirmativo, qual a razão por que esses servidores ainda não estão percebendo o abono em questão?
- por que razão esses funcionários "P.O." não têm direito ao acréscimo de 35% de seus vencimentos como benefício de risco de vida, a exemplo dos demais funcionários de outras categorias, do referido Sanatório?

Justificativa

Sabedor de que os servidores "P.O." do Sanatório Santo Angelo de Mogi das Cruzes se julgam injustiçados pela ausência do pagamento do acréscimo em seus vencimentos, do abono a que têm direito de acordo com as determinações governamentais, situação que se agrava quando sabemos que nem beneficiários são dos 35% por risco de vida e que tomo a liberdade de vir a esta Assembléia em socorro desses humildes servidores.

Atendendo ao que com justiça reclamam — ao mesmo tempo, disse — apelo aos poderes competentes para que ofereçam o amparo que essa gente merece — os 35% pelo risco de vida — expostos como são ao contágio da moléstia quando no cumprimento do dever. Ademais, se outros funcionários de categoria elevada são beneficiários do "risco", não há razão, pois, para que os humildes servidores não recebam idêntica regalia.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1961

a) Francisco Franco

REQUERIMENTO N.º 431, DE 1961

Requerio, na forma regimental, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido anteontem em Ribeirão Preto, do prestante cidadão Sr. Hugo Martini. Requerio, outrossim, seja dada ciência à Exma. Família da resolução desta Casa.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1961

a) Costabile Romano

Justificativa

Ribeirão Preto recebeu sensibilizada a notícia do passamento do Sr. Hugo Martini, antigo e estimado morador dessa cidade. O extinto, que desapareceu aos 89 anos, nasceu em 30 de agosto de 1872 em Mantova na Itália, tendo chegado a Ribeirão Preto com a idade de 11 anos.

Ali constituiu família tendo também colaborado para o aumento do Parque Industrial de Ribeirão Preto, com o ramo de tintas. Dentro da sociedade o extinto também sempre teve atuação destacada, sendo o sócio número um da "Sociedade de Socorros Mútuos" de Ribeirão Preto. Recebeu também o título de Cidadão Ribeirão-pretano. Por ocasião do aniversário dessa cidade, recebeu o título de Italiano mais velho de Ribeirão Preto. Foi fundador da "Sociedade Dante Alighieri" e fundador das bandas de música "Giacomo Puccini" e "Amor à Arte". Era o único sócio sobrevivente da "Sociedade dos Socorros Mútuos".

Era viúvo da Sra. Angela Moia Martini, de cujo consórcio deixou os filhos: Sra. Virginia Martini, solteira; Sr. Martino Martini, casado com a Sra. Isabel Zorzenon Martini; Sra. Ida Martini Biscaro, casada com o Sr. Americo Biscaro; Sra. Rosa Martini Catarin, casada com o Sr. Americo Catarin; Sr. Antonio Martini, casado com a Sra. Maria Rimoldi Martini; Sra. Elvira Martini Calef, casada com o Sr. Dionisio Calef; Sr. Dante Martini, casado com a Sra. Dionácia Peixeiro Martini; Sra. Ema Martini Costa, casada com o Sr. Augusto Costa; Sr. Horácio Martini casado com a Sra. Odécia de Almeida Martini e Sra. Letícia Martini de Souza, casada com o Sr. Ismael de Souza, ambos falecidos. Deixou vários netos e bisnetos.

REQUERIMENTO N.º 432, DE 1961

Sr. Presidente

O jornal semanário "A Palavra", de Ribeirão Preto, dirigido pelo sr. Divo Marino, estampa no seu último número notícia que intitulada "Auditor Interpreteta a Lei", afirma o seguinte: "Causou espécie nos meios educacionais a nomeação de um Assistente Social (Universidade Católica) para professor de Português e História do Curso de Admissão do Instituto de Educação Ottoniel Mota, nomeação que preteriu a profa. Neusa Guimarães, que possui títulos mais correla-

cionados com o citados "munus", pois era uma professora primária ostentando dois cursos de especialização em ensino elementar."

"A nomeação do "assistente social" foi causada por um interpretação da lei feita pelo sr. Audifax Mendes dos Reis, que considerou como curso superior o diploma de "assistente social". A preterida Neusa Guimarães, da juventude espiritualista local, é uma professora de reais méritos."

"Não se entende como uma autoridade federal, em grau de recurso, julgue um processo de ordem administrativa de esfera estadual, um processo que é de competência exclusiva da Secretaria da Educação. É estranho que o sr. Audifax tenha aceitado o recurso, quando deveria devolvê-lo à diretoria do Instituto de Educação Ottoniel Mota."

Nada seria necessário acrescentar à argumentação do jornalista ribeirão-pretano. Por isso foi feita a transcrição acima, na íntegra. Trata-se como se vê de mais uma injustiça a atingir um educador. Compete-nos protestar, o que estamos fazendo e, ainda, tentar impedir que a injustiça se concretize, o que poderia ser feito se a Secretaria da Educação, tomando conhecimento do fato, providenciasse em favor de sua própria autonomia, dirigindo-se à direção do estabelecimento de ensino mencionado, ou a qualquer outra autoridade competente, no sentido de fazer justiça à professora Neusa Guimarães de Ribeirão Preto.

Por tudo, requerio, na forma regimental, seja oficiado ao executivo, através a Secretaria da Educação solicitando resposta às seguintes indagações:

- 1) — Tem a Secretaria da Educação conhecimento do fato acima exposto?
- 2) — Não pode a mesma Secretaria, providenciar, junto a quem de direito, no sentido de fazer justiça àquela educadora?

Sala das Sessões, 31 de maio de 1961.

(a) Luciano Lepera

REQUERIMENTO N.º 433, DE 1961

Requerio que em ata dos trabalhos desta Assembléia Legislativa se consigne voto de profundo pesar, dando-se a homenagem postuma conhecimento a sua excelentíssima família, pelo falecimento nesta Capital, do Dr. Alfredo Egydio de Souza Aranha, formado pela sua Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco, fazendo parte da turma de 1915. A imprensa assim noticia o seu passamento:

Dr. Alfredo Egydio de Souza Aranha — Faleceu ontem, nesta Capital o dr. Alfredo Egydio de Souza Aranha. Descendente de tradicional troncos e figura de relevo na sociedade, foi o extinto deputado estadual em diversas legislaturas, presidente da Caixa Econômica Federal e fundador e diretor de diversas empresas industriais, bancárias, e securitárias. Desenvolveu também atividades filantropicas, fundando com sua esposa a "Nossa Casa", para assistir menores desamparados.

Era filho do dr. Olavo Egydio de Souza Aranha e de d. Vicentina Queiroz de Souza Aranha, já falecidos. Casado com d. Umbelina Egydio de Souza Aranha, deixa uma filha, d. Maria de Lourdes Villela, casada com o dr. Eudoro Villela. Eram seus filhos de criação os drs. Angelo Simões Arruda e Laerte Simões Arruda, casado com d. Maria do Carmo Assumpção Arruda. Deixa ainda dois netos, Alfredo Egydio Villela e Maria de Lourdes Egydio Villela. Era irmão do dr. Olavo Egydio de Souza Aranha, do dr. Renato Egydio de Souza Aranha, casado com d. Dirce Egydio de Souza Aranha; de d. Francisca de Souza Aranha Setubal, que foi casada com o escritor Paulo Setubal, ambos falecidos, e do dr. Antônio Francisco de Souza Aranha, casado com d. Lourdes Murtinho de Souza Aranha. Era seu cunhado o sr. Joaquim Carlos Egydio de Souza Aranha, casado com d. Maria Anelina Arruda Botelho de Souza Aranha.

O ferrete sairá hoje, às 13 horas, da rua Carlos Comenale, 100, para o cemitério da Consolação.

A família pede não sejam enviadas coroas nem flores.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1961.

(a) Lincoln Feliciano

REQUERIMENTO N.º 434, DE 1961

Requerio se consigne em ata dos trabalhos desta Assembléia Legislativa voto de pesar dando-se a homenagem postuma ciência ao Sr. Cristobal Roca de Fogores — al. Casa Branca n. 105, nesta Capital) pelo falecimento de D. Maria Suplicy Roca de Togores.

A imprensa, noticiando o passamento da ilustre e digna dama paulista, cheia de virtudes e de predicados, assim se manifestou:

Sra. Maria Suplicy Roca de Togores — Faleceu anteontem nesta Capital aos 61 anos, a sra. Maria Suplicy Roca de Togores, casada com o sr. Cristobal Roca de Togores. Deixa os seguintes irmãos: Paulo, casado com a sra. Plomena Matarazzo Suplicy; Helena, casada com o sr. João Magalhães Hafers; Carmen, casada com o sr. Vitor Von Rainer; Teresa viúva do sr. Tomás Simonsen; Roberto, casado com a sra. Cristina Suplicy; e Silvio. Foi seu irmão, Luiz, falecido que foi casado com a sra. Zanith Feliciano Suplicy. O enterro realizou-se no cemitério da Consolação.

Sala das Sessões, 30 de maio de 1961.

(a) Lincoln Feliciano

REQUERIMENTO N.º 435, DE 1961

Requeremos sejam solicitadas, com a máxima urgência, ao Senhor Secretário da Agricultura, informações sobre o motivo porque até agora não inaugurou a Escola de Iniciação Agrícola de Itapetininga.

Justificativa

Essa Escola foi a primeira a ser criada, construída, organizada e pronta a funcionar. Tanto é verdade que, os jornais "Tribuna Popular", "Aparecida do Sul" e a P.R.D. 9 Rádio Difusora de Itapetininga, publicaram diversos dias, o Edital de Inscrição de Alunos.

Foram feitas concorrências públicas, para o fornecimento aos alunos, no exercício de 1960, de pão, carne, leite, etc. A Escola recebeu gêneros de primeira necessidade e, para não perdê-los, estão sendo encaminhados a outros estabelecimentos de ensino da Secretaria da Agricultura.

A energia elétrica passa próxima ao estabelecimento, sendo que já existem os postes, fios, e o transformador. Alega-se a falta de isoladores, o que é risível.

A água já examinada é potável, foi cedida ao estabelecimento gratuitamente pelo Dr. Waldomiro de Oliveira, ilustre médico, cujas terras de sua propriedade agrícola, dividem com as terras da Escola.

E' estranho o motivo de pouco caso do Poder Público, para com essa Escola, que de há muito deveria estar funcionando e atendendo suas altas finalidades.

Ninguém ignora em sua consciência, a transcendental importância que o ensino agrícola primário e racional, representa a pequena agricultura na formação dos contingentes rurais.

Cumprido ao ilustre Secretário, inteirar-se do motivo condenável que impediu e vem impedindo o funcionamento de tão importante estabelecimento de ensino agrícola.

Não é justo nem tolerável pelo Poder Público, que centenas de alunos fiquem prejudicados por questões políticas ou pessoais, em detrimento dos elevados interesses do Estado.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1961.

(a) Cyro de Albuquerque

REQUERIMENTO N.º 436, DE 1961

Requeremos, nos termos do artigo 32 do Regimento Interno, a constituição de Comissão Especial composta de cinco (5) membros destinada a se entender com o Senhor Presidente da República e os senhores membros do Congresso Nacional, no sentido de obter a liberação das verbas destinadas à indenização das plantas citricolas, eradicadas na Alta Sorocabana.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1961.

(a) Joaquim Leonardo Ceravolo — Pedro Paschoal — Lavinio Lucchesi — Benedito Matarazzo — Costabile Romano — Rocha Mendes Filho — Lopes Ferraz — Israel Dias Novais — Alberto Azevedo — Luciano Nogueira Filho — Sólton Borges dos Reis — Oswaldo Santos Ferreira — Moisés Antônio Tobias — Cyro Albuquerque — Cid Franco — Mário Telles — Augusto do Amaral — Avalone Júnior — José Felício Castellano — Onofre Gouzen — Camillo Ashcar — Carlos René Egg — Vicente Botta — Lincoln Feliciano — Arminio Vasconcelos Leite — Antônio Moreira — Antônio Sampaio — Juvenal Rodrigues de Moraes — Anibal Hamam — Fernando Mauro — Dante Perri — Jairo Azevedo — Carlos Kherlakian — Ruy de Almeida Barbosa — Cardoso Alves — Leonidas Camarinho — Jacob Salvador Zveibil — Henrique Peres — Paulo de Castro Prado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

Requerio a V. Exa. a inclusão do abaixo assinado anexo ao processo referente ao Projeto de lei n.º 295, de 1961, de minha autoria.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1961.

(a) José Costa

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

Requerio de V. Exa. que me sejam concedidos 10 dias de licença, a partir de 3 de junho próximo.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1961.

(a) Rubens do Amaral